

É da sua conta #27 - Imposto de renda: empresas e ricos devem contribuir mais

Abertura + Sobe BG	
Grazi	Oi, boas vindas ao É da sua conta, podcast mensal sobre como consertar a economia para que ela funcione para todas as pessoas. Eu sou a Grazielle David.
Dani	E eu a Daniela Stefano. O É Da Sua Conta é uma produção da Tax Justice Network, Rede Internacional de Justiça Fiscal. Você encontra a descrição completa e pode ouvir os episódios anteriores em www.edasuaconta.com e nos mais populares tocadores de podcast.
SOBE BG	
Grazi	O Brasil é um dos poucos países no mundo em que os mais ricos não pagam imposto de renda sobre lucros e dividendos que recebem. Enquanto isso, as pessoas que recebem salário são mais tributadas em proporção a sua renda. Com isso, aumentam as desigualdades no país.
Dani	Isso poderia ser mudado com a reforma do imposto de renda que está tramitando no congresso brasileiro. Entretanto, o atual texto do projeto de lei cria exceções que não permitirão essa redução de desigualdade. Além disso, reduz muito o imposto de renda das empresas, indo na direção contrária do resto do mundo, que está buscando aumentar a tributação das corporações.
Grazi	A reforma do imposto de renda no Brasil é o tema dessa edição do É da sua conta. Com uma análise detalhada da proposta e com recomendações para que ela seja mais eficiente, reduza desigualdade e garanta direitos .
Sobe BG	
Dani	Vamos começar com a importância de uma reforma tributária que seja boa para a economia, mas também para as pessoas e o meio ambiente.

<p>Dani:</p>	<p>Grazi, você é apresentadora do É da sua Conta mas vc também é especialista no tema e eu queria que vc falasse um pouquinho da sua formação e porque vc se interessa tanto pelo tema da justiça fiscal.</p>
<p>Grazi: 01:04 Eu sou doutoranda em desenvolvimento econômico, tenho um mestrado em saúde coletiva na linha de economia da saúde e eu acho que eu comecei a me interessar muito pelo tema de justiça fiscal ainda nos tempos de defesa do direito a saúde em que eu ouvi pela primeira vez que não era possível garantir saúde pra todos porque não tinha orçamento. E aí o meu desejo de entender como é esse tal do orçamento e como se financia os direitos, me levou por esse caminho de pensar um pouco mais a questão de política fiscal e direitos e hoje trabalhar com esse tema de justiça fiscal.01:50</p>	
<p>Dani</p>	<p>E vc também é uma das redatoras de um relatório da TJN em parceria com o IJF, que foi lançado em novembro do ano passado, 2020 e que mostra que o Brasil adotou políticas fiscais que vão no sentido contrário da diminuição das desigualdades... vc pode comentar um pouquinho?</p>
<p>Grazi - 03:31 a política fiscal tem uma relação direta com a ampliação ou redução de desigualdades 03:35 03:53 e infelizmente a política fiscal tanto do lado da arrecadação quanto o lado dos gastos não tem cumprido muito com essa sua finalidade de redução de desigualdades. Seja por essas medidas de austeridade nos últimos anos, ou pela estrutura tributária que é extremamente regressiva e acaba ampliando a desigualdade. 04:11</p>	
<p>Dani</p>	<p>Eu queria que vc explicasse um pouquinho de que forma que a ampliação de recursos via por exemplo o imposto de renda está relacionada também à ampliação da realização dos direitos humanos.</p>

<p>Grazi - 05:10 se tem mais recurso público disponível, através de uma melhor arrecadação e ampliação da arrecadação do imposto de renda, vc tem possibilidade de investir mais em políticas públicas que vão reduzir desigualdades e que vão garantir direitos 05:23 05:25 e pelo lado da arrecadação, 05:30 05:42 Quanto mais os sistema tributário depende de tributos sobre o consumo, mais regressivo ele é, porque proporcionalmente ele vai tributar mais quem tem menos renda. E quanto mais um sistema tributário depende de tributos sobre renda, patrimônio riqueza ele vai ser progressivo porque ele vai fazer com que quem tem mais, pague mais.06:00</p>	
<p>Dani -</p>	<p>A justiça fiscal requer também políticas e leis tributárias que ajudem os estados a cumprir essas obrigações de direitos humanos. O que o Brasil poderia fazer nesse sentido, aproveitando então a oportunidade da reforma do imposto de renda?</p>
<p>Grazi - 07:07 existem alguns princípios que devem orientar a política fiscal.07:10 - 07:15 a tjn lançou recentemente um documento que é direitos humanos e os 4Rs da tributação. 07:20 Vale a pena recordar 07:23, 07:25 ainda que a gente já tenha falado aqui no podcast algumas vezes 07:41 O primeiro R é o R da receita. Toda vez que a gente pensar numa reforma tributária ou qualquer outra reforma da política fiscal a gente tem que pensar na receita. Essa proposta vai ampliar ou reduzir as receitas disponíveis pro estado garantir direitos humanos?07:59 08:29 outro elemento muito importante é o próximo R, que é redistribuição. A proposta é redistributiva? Vai fazer com que quem tem mais contribua com mais?</p>	

então se vai tributar o topo, o 0,1 por cento, o 1% de maior renda e tá aliviando pra quem tá na base?08:45
8:52 Se essa proposta não faz isso, então ela não é boa.

10:41 então vamos pensar a questão de emissão de carbono. A gente vive um cenário dramático de crise climática, de emergência climática e pra poder lidar com isso é muito importante reduzir a emissão de carbono. 10:56 pensar uma tributação sobre carbono que também não amplie desigualdades é muito importante e a tributação poderia fazer isso e é justamente nessa lógica de reprecificação. 11:05 e por fim o último R, a representação que é uma ideia de que existe uma retroalimentação entre democracia e a própria estrutura da política fiscal: quanto mais democrática é uma sociedade, mais ela tributa de uma forma justa, que redistribui as riquezas de um país. 11:23 e quanto menos democrática é uma sociedade, mais regressiva é o seu sistema tributário e isso também se retroalimenta; quanto mais regressivo um sistema tributário normalmente isso está associado com governos que são menos democráticos. 11:30

11:48 Além desses princípios dos 4Rs a gente também tem aqui na AL de forma bastante inovadora e que hoje serve de orientação pro mundo todo que é um trabalho de 5 anos que a gente elaborou os princípios de direitos humanos pra política fiscal12:10

12:20 são 15 princípios que trazem a orientação específica pros governos de como ter uma política fiscal, tributária alinhada com os direitos humanos. E um deles fala justamente sobre essa questão 12:34 que os estados devem mobilizar o máximo de recursos disponíveis pra poder conseguir realizar progressivamente

<p>os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais. E uma forma de mobilizar esses recursos disponíveis é justamente a política tributária. 12:40</p>	
<p>Dani</p>	<p>A iniciativa de princípios de direitos humanos pra política fiscal e os 4Rs da tributação foram abordados nos episódios 1 e 16 do É da Sua Conta. Na descrição desse podcast você encontra o link para ouvir esses episódios.</p>
<p>SOBE BG</p>	
<p>Rodrigo 1 - o sistema tributário brasileiro é muito regressivo e como ele tributa demais o consumo, ele acaba punindo proporcionalmente mais aquelas pessoas que mais consomem em proporção da sua renda, ou seja, os mais pobres. O local por excelência pra lidar com questão de desigualdade é a tributação de renda e patrimônio e em particular a tributação de renda.</p>	
<p>Grazi</p>	<p>Esse é o Rodrigo Orair, pesquisador especialista em política fiscal, tributação e desigualdade; que junto com a professora de economia da Universidade Federal de Minas Gerais, Débora Freire, detalharão a proposta de reforma do imposto de renda que foi apresentada pelo governo ao congresso brasileiro em junho de 2021 e teve um texto substitutivo apresentado em julho.</p>
<p>Debora 1 - Essa reforma já passou por uma revisão e a gente já tem um texto substitutivo na Câmara. Então, em termos do que o governo propôs originalmente, a gente tinha alguns eixos principais de modificações no imposto de renda. Primeiro, um aumento da faixa de isenção. A gente hoje pessoas que ganham até R\$ 1900 são isentas, essa faixa seria ampliada, então a renda isenta passaria a ter um limite de R\$ 2500, ampliaria faixa de isenção, pegando uma faixa de classe média baixa.</p>	
<p>Dani</p>	<p>Ou seja, quem ganha até 2500 reais por mês, que é o equivalente a 470 dólares, será isento de imposto de renda de acordo com a proposta.</p>

	Acontece que a medida passaria a valer em 2022, ano em que ocorrem as eleições presidenciais:
Rodrigo 2 - Isso significa uma desoneração bem grande no ano de eleição, mais ou menos uns 21 bilhões de reais que obviamente tem a ver com questão de aquecer a economia e fazer um aceno pra classe média. Fora isso, essa conta é um pouco salgada, 21 bilhões e o governo queria limitar um pouco isso	
Grazi	E quais os efeitos que a desoneração de 21 bilhões de reais, ou seja, 4 bilhões de dólares, poderiam gerar?
Debora 2 - as famílias que têm dependentes conseguem deduzir despesas e não teriam efeitos. Mas as famílias que têm só o INSS para descontar, acabar perdendo aí um pouco de renda disponível, por conta do fim da isenção da declaração simplificada.	
Dani	Então, até agora vimos três medidas propostas para o imposto de renda das pessoas físicas: aumento da isenção, a correção da tabela e o fim do desconto simplificado. As duas primeiras reduzem o valor de contribuição da classe média, enquanto a última aumenta para as pessoas que não tem dependentes ou outros itens para descontar no imposto. Mas, ainda tem mais uma medida que foi bastante debatida na sociedade: a tributação de dividendos.
Debora 3 - A cereja do bolo aí, que a gente tanto esperava também, seria a volta da tributação de lucros e dividendos distribuídos a pessoa física. Esses rendimentos são isentos no Brasil desde 1996. Antes a gente tributava a uma alíquota de 15%, hoje a gente não tributa mais. Todos os países da OCDE têm essa tributação sobre dividendos, e no Brasil a gente continua com essa isenção. E aí o governo propôs uma tributação de 20% desses rendimentos, o que é bastante importante, porque acabaria corrigindo algumas distorções que a gente tem na distribuição de renda e na tributação direta da renda.	
Grazi	Dividendos são parte do lucro de uma empresa dividido entre os acionistas.

	<p>Normalmente acionistas são pessoas que têm capacidade para investir e então viver do rendimento do capital, ao invés do rendimento do trabalho.</p> <p>Ou ocorre quando alguém que trabalha como pessoa jurídica, reduz o seu valor do seu pro labore para receber no formato de dividendos, já que esse tipo de renda não é tributada, enquanto a do trabalho sim.</p>
<p>Rodrigo 3 - não é só um desnível da tributação da renda do capital e da renda do trabalho; além disso é o fato que essa renda do capital é muito concentrada no topo da tributação e goza de muitos benefícios.</p> <p>Concretamente, como funciona: pro grosso dos declarantes do imposto de renda as rendas isentas são cerca de 1/4 do total, em média. A medida que eu vou caminhando no topo da distribuição e que chego no 1 milésimo mais rico dos adultos brasileiros, 160 mil adultos de uma população adulta de 160 milhões cuja renda deles, cerca de 2/3 são rendimentos isentos no nível da pessoa física. Quando vou caminhando mais ainda e chego no brasileiro mais rico que auferiu renda no ano de 2019, essa pessoa auferiu uma renda de 1 bilhão, 365 milhões de reais, estou falando da renda que ele auferiu. Dessa renda, pelo menos 1,1 bilhão, ou seja uma pessoa recebeu cerca de 1,1 bilhão de reais totalmente isentos no nível da pessoa física por se tratar de dividendos. É impossível se discutir equidade tributária no sentido de alcançar os mais ricos, os verdadeiramente ricos no Brasil sem tratar dessa questão da tributação de dividendos.</p>	
<p>Dani</p>	<p>Essa proposta de voltar a tributar dividendos no Imposto de Renda da Pessoa Física perdeu muito da sua capacidade distributiva com o novo texto, o substitutivo do relator no Congresso, que foi apresentado em julho de 2021 .</p>
<p>Debora 4 - E ainda retira a cobrança do imposto sobre dividendos quando o lucro é distribuído entre subsidiárias de uma mesma holding.</p>	
<p>Grazi</p>	<p>Então, o texto substitutivo tira um tipo de dividendo da tributação, que são os holdings. Por exemplo os holding familiares, com objetivo sucessório, de herança.</p>

	<p>Quem é muito rico tem capacidade de planejamento tributário, de contratar um escritório de direito tributário e fazer esse tipo de planejamento.</p> <p>Assim, é muito possível que justamente os mais ricos, o 0,1%, o 0,001% do topo de renda, seja justamente quem não contribuirá com a tributação de dividendos. Essa proposta não está alinhada, por exemplo, com o princípio de redistribuição da tributação.</p>
Dani	Além disso, no texto substitutivo, as empresas vão contribuir muito menos no imposto renda pessoa jurídica.
<p>Debora 5 - o que a gente tem que é que a modificação vai principalmente na redução da alíquota do IRPJ. Só que aí a gente passa de uma redução tímida no IRPJ, que de fato a redução inicial que o governo havia proposta estava muito tímida, para uma redução gigantesca na alíquota do IRPJ. Então, a redução proposta agora é de 12,5 pontos percentuais no IRPJ até 2023, uma redução escalonada. O que significa uma redução muito expressiva na tributação sobre a pessoa jurídica e conseqüentemente na arrecadação. Essa é a principal diferença que a gente tem entre a reforma original que o governo propôs e essa reforma que viria desse texto substitutivo. Outras questões também, muito complicadas, que acabaram desvirtuando a proposta inicial, seria isenção da taxa de 15% sobre fundos de investimento imobiliários. Então, esses tipo de rendimentos acabariam ficando isentos. E ao mesmo tempo prevê queda de arrecadação. Tem previsão de queda de R\$ 30 bi. Isso porque a Câmara ao propor essas medidas de redução do IRPJ, levanta uma série de outras receitas que iria compensar a perda da arrecadação. Então, a gente teria, segundo a proposta, o fim de uma série de isenções, porém não atinge as grandes, um exemplo, as gigantes de bebidas açucaradas são mantidas. E ainda assim a gente teria um rombo de R\$ 30 bilhões.</p>	
Grazi	O que significa diminuir 30 bilhões e reais, quase 6 bilhões de dólares da arrecadação nesse momento?
Debora (a editar da sonora 5) E hoje no Brasil falar em queda de	

<p>arrecadação, é muito complicado, exatamente porque estamos com uma crise fiscal expressiva e ao mesmo tempo a gente precisa garantir bens e serviços públicos e principalmente garantir proteção social, para lidar com os efeitos da pandemia. Então, eu não vejo espaço fiscal de fato para a gente reduzir carga tributária no momento.</p>	
<p>Dani</p>	<p>E praticamente metade da arrecadação do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, ou seja, das empresas, é dividido com os estados e os municípios.</p>
<p>Debora 6 - E os Estados e Municípios também têm dificuldade de prestar serviços públicos nesse momento, muito por conta da pandemia, e eles não tem capacidade de endividamento, só o governo federal consegue fazer isso, Estados e Município não têm essa válvula de escape. E com a redução da arrecadação do IRPJ que está sendo prevista, vai ocorrer redução das transferências para esses municípios, sendo que muitos dependem integralmente das transferências.</p>	
<p>Grazi</p>	<p>Parece que o novo texto, do substitutivo, tem tantas distorções, que uma proposta tão importante de reforma do imposto de renda, com a retomada da tributação de dividendos, perdeu sua capacidade de realmente ser redistributiva e reduzir desigualdade.</p>
<p>Debora 7 - A primeira proposta apontava para a direção correta, embora precisasse ser melhor calibrada. E essa segunda proposta, está totalmente desvirtuada de um propósito de tornar a tributação mais justa no Brasil.</p>	
<p>Sobe BG</p>	
<p>Paulo Gil 1 - Não basta vc arrecadar, pra financiar o estado, depende como essa carga se distribui. Quem é que paga a conta da carga tributária? Quem é que financia, na verdade, as políticas públicas? Quem financia o estado?</p>	
<p>Dani</p>	<p>Esse é o Paulo Gil Intronini, diretor do Instituto de Justiça Fiscal. Mexer no imposto de renda é</p>

	fundamental para diminuir a desconcentração da renda no Brasil:
Paulo Gil 2: Enquanto os assalariados pagam imposto na tabela progressiva, que vai até 27,5%, os que recebem lucros e dividendos não pagam nada. Um assalariado, em geral, ele recebe rendimentos, mas se o rendimento dele só der pra viver, pra gastar com moradia, transporte, alimentação, criar os filhos, praticamente ele não tem renda. A renda é só o que cria o acréscimo de riqueza.	
<u>Dani</u>	E como a concentração de renda afeta a economia?
Paulo Gil 3 - A gente sabe que os mais pobres, o que eles ganham eles gastam e isso faz girar a roda do consumo e da economia. Quando eles consomem, o comércio vende mais e a indústria produz mais. A roda da economia gira pra frente. Aquele que recebe muito ele não gasta tudo, ele entesoura o dinheiro, a sobra e ele investe isso? não. na maioria das vezes essa sobra que ele tem vai alimentar a ciranda financeira e aí no resultado final nós vamos ter um país que não tem desenvolvimento econômico. e nem tem desenvolvimento social porque não redistribui a riqueza que gera.	
Dani	Para desconcentrar a renda é preciso mexer no que Paulo Gil chama de fratura exposta:
Paulo Gil - 4 - Pra começar a redistribuir a carga tinha que reformar o IR da pessoa física. o IR da pessoa física é importante dentro do sistema tributário como um todo. Ele é o pilar do sistema tributario. Você pega nos países da OCDE, a participação média do imposto de renda em relação ao PIB é de 8%. Aqui no Brasil é mais ou menos em torno de 3,2. E por conta	

<p>principalmente do nosso IR não incidir sobre as rendas do capital</p> <p>A primeira medida pra atacar o que eu chamei de fratura exposta do nosso sistema tributário é acabar com a isenção dos lucros e dividendos recebidos pelos sócios e acionistas na pessoa física.</p>	
<p>Dani</p>	<p>Mas as empresas contribuem muito pouco no sistema tributário atual.</p> <p>E os grandes empresários que não estão dispostos a contribuir mais alegam que teriam o lucro tributado duas vezes, na pessoa jurídica e depois na pessoa física, com a tributação de dividendos.</p>
<p>Paulo Gil 5 - então tem todo um discurso que tem um componente ideológico muito forte pra desonerar as pessoas jurídicas. e quais são as pessoas jurídicas que estão nessa vanguarda do atraso, que mais puxam essa desoneração? São justamente as transnacionais, aquelas que já fazem planejamento tributários ou fiscais muito fortes, que pagam imposto onde elas querem, que vão pros paraísos fiscais pra ter os maiores lucros, que manipulam as bases de cálculo do Imposto</p>	
<p>Dani</p>	<p>De acordo com Paulo Gil, também é preciso modificar o imposto de renda das empresas:</p>
<p>Paulo Gil 6 - O que nós propomos em relação ao imposto de renda da pessoa jurídica é fechar as brechas legais, é o combate à sonegação, é o fim de alguns benefícios injustificáveis às pessoas jurídicas pra que esse percentual de 25% seja efetivamente mais próximo possível de 25%.</p>	
<p>Dani</p>	<p>É que, na prática, são poucas as empresas que contribuem com os 25% sobre seus lucros:</p>
<p>Paulo Gil- 8 - Tem dois percentuais do imposto de renda da pessoa jurídica: até um determinado limite de lucro elas pagam 15%. Se o lucro ultrapassar esse limite, existe</p>	

<p>uma alíquota adicional de 10, então quando eu falo em 25 eu estou somando as duas supondo que foi uma empresa que teve um lucro razoável. O que precisa se fazer é aproximar essa alíquota de 25% da realidade. As empresas, na realidade, não estão pagando 25, mesmo que tenham lucro.</p>	
<p>Sobe BG</p>	
<p>Dani</p>	<p>E enquanto o Brasil pretende diminuir a contribuição das empresas, o mundo acena com o imposto mínimo global corporativo, que poderia acabar com os paraísos fiscais. Mas será que o Brasil vai virar um lugar que favorece o pagamento de menos impostos?</p> <p>Esse é o tema da conversa da Grazielle com o nosso colunista convidado, Matti Kohonen, da Financial Transparency Coalition.</p>
<p>Grazi -</p>	<p>Matti, o Brasil está planejando fazer uma reforma do Imposto de Renda. Entre as propostas está reduzir a alíquota nominal do IRPJ de 25 para 12,5%. Como você vê essa proposta frente a ideia internacional de um Imposto mínimo global corporativo de 15%? 00:28</p>
<p>Matti: 00:33 - então, essa proposta no Brasil pra fazer uma reforma, redução do imposto da renda vai contra a lógica hoje que agora discutido no G-20 sobre o imposto mínimo global corporativo 00:48 agora os países como Estados Unidos, a França, Alemanha estão propondo que deveria ter o mínimo e que os pais teriam que gravar os impostos em cima do mínimo. Mas o mínimo aplica para os paraísos fiscais. Então parece absurdo que o Brasil está reduzindo o imposto de renda quando o outra parte do mundo está indo no outra direção. 01:12</p>	
<p>Grazi</p>	<p>O que essa redução de imposto pode significar? Ou talvez mudando a lógica, porque os outros países estão justamente pensando em aumentar o imposto?</p>
<p>Matti</p> <p>01:29 tem diferentes razões para aumentar o imposto. A maior razão é</p>	

<p>que a crise de covid19 está em crise sanitário, mas é também um crise econômico. Tem 150 milhões de pessoas que estão em extrema pobreza por causa de covid 19 e os governso tem que achar mais recursos para a recuperação e relançamento das economias É por isso agrava mais imposto dos corporativos que alguns corporativos está fazendo lucros neste período de crise e um imposto bem popular para paga para o crise 02:24</p>	
<p>Grazi:</p>	<p>uma curiosidade: qual é normalmente a alíquota de tributação das corporações em paraísos fiscais, por exemplo?</p>
<p>Matti</p> <p>02:35 tem paraísos fiscais onde a alíquota fica realmente no zero, como islas cayman, alguns outros paraísos fiscais tem alíquotas que são bem variáveis por causa do incentivos fiscais e regimes fiscais abusivos, estes incluem Irlanda, Malta, Lichtenstein, Panamá também, na América Latina e estes territórios e países temem que mudar a seu sistema fiscal para ser aplicável nesse narrativa lógica de imposto global corporativo. 03:20 só ontem a Irlanda comunicou que talvez Irlanda vai incrementar aumentar seu imposto corporativo 12,5% talvez até 15% que seria um câmbio de lógica maior de cadas na Irlanda que a estratégia de desenvolvimento nesse alíquota bem baixo. 03:52</p>	
<p>Grazi</p>	<p>Na Irlanda hoje é 12,5%. Que interessante! Justamente o valor que o Brasil tá querendo colocar pro imposto de renda pessoa Jurídica: a Irlanda pensando aumentar e o Brasil pensando em colocar bem baixinho 04:11 (está falhando o final desse áudio)</p>
<p>Matti</p> <p>04:09 é por isso que parece ilogico, que o Brasil está entrando na competição, numa guerra fiscal internacional, num momento que os outros países estao avaliando a lógica, se esta guerra fiscal</p>	

<p>internacional tem uma lógica no período do covid 19. 04:30</p>	
<p>SOBE BG Fechamento</p>	
<p>Dani</p>	<p>Grazi, o que nós, enquanto sociedade poderíamos pensar em fazer pra que realmente uma reforma do imposto de renda seja de fato respeitando os direitos humanos e diminuindo as desigualdades?</p>
<p>Grazi encerramento: Querendo ou não, o tema tributário é um tema complicado. Principalmente se a gente entra nos jargões muito do direito tributário, ele é muito difícil. Então acho que um primeiro esforço tem que ser daqueles que podem contribuir pra poder facilitar o entendimento fazer isso. E do restante da sociedade de tentar entender também, de ler, de ouvir, essa compreensão, e o segundo é uma mobilização. É bem evidente que a sociedade se mobiliza, que se esforça, mas muitas vezes a gente não tem o retorno. Tem que continuar insistindo, temos que pensar em formas de fazer e muito importante para cada vez ter mais abertura é pensar em quem nós estamos votando. Quem tá no congresso? vamos pensar esse relator que alterou a proposta pro benefício de grandes corporações e setor financeiro. Quem elegeu esse deputado, esse senador? Fomos nós, a sociedade. Mas ele nos representava? então assim, pensar bem quem a gente está colocando ali. vai representar o meu interesse ou o interesse de um grande financista? Pensar muito bem quem são as pessoas que nós estamos colocando no poder porque eles podem ou nos beneficiar ou nos prejudicar muito com relação à política fiscal e tributária.</p>	
<p>Dani</p>	<p>Segundo Paulo Gil, estamos no momento perfeito pra lutar por uma reforma tributária justa:</p>

<p>Paulo Gil 9 - os setores populares não tem a maioria no parlamento, nós temos um governo de corte de caráter antipopular, fascista mesmo, mas ao mesmo tempo nós estamos tendo uma ascensão da mobilização social e é preciso colocar na pauta dos movimentos sociais a tributação progressiva as grandes reformas da tributação não são feitas em momentos de paz e tranquilidade, são feitas em momentos de crise aguda muitas vezes. Nós temos uma janela de oportunidade histórica pra avançar efetivamente. É hora da mudança e tem que ser feita por nós todos e todas.</p>	
<p>SOBE BG</p>	
<p>Davi - Eu me chamo David, sou designer gráfico e moro aqui em São Paulo. Eu acompanho o é da sua conta desde o começo e de uns tempos pra cá eu virei fã do programa. Às vezes dentro dos meus conhecimentos limitados é difícil de enxergar uma alternativa pra esse grande esquema mundial que mantém os recursos fundamentais fora do alcance de bilhões de pessoas, mas escutando o podcast eu consegui entender melhor onde estão algumas das raízes de toda essa injustiça e os mecanismos que os países ricos usam pra perpetuar essa situação. É mais importante do que isso: percebi que existem maneiras realistas de enfrentar esses problemas e que dá pra sonhar com um mundo um pouco mais justo e solidário.</p>	
<p>Dani espaço do ouvinte</p>	<p>Oi David, agradecemos por sua mensagem que nos mostra que estamos levando os temas da justiça fiscal pelo caminho da construção de um mundo mais igualitário.</p> <p>E, olha que legal, a arte de divulgação desse episódio também foi uma cortesia do David, agradecemos pelo carinho!</p>

	No twitter e _dasuaconta e ou no facebook do podcast você também pode manifestar o que você pensa sobre o É da Sua Conta, em áudio, texto ou arte, como preferir!
ENTRA BG DO PROGRAMA	
Grazi	O É da Sua Conta é coordenado por Naomi Fowler, o acompanhamento das redes sociais é do Luciano Máximo e a produção e apresentação são de Daniela Stéfano e minha, Grazielle David. Um abraço, e até o próximo.
Dani	Muita força, e se estiver no Brasil, mesmo que já tenha tomado as duas doses da vacina, continua em casa até 70% da população ser imunizada e se for necessário- sair, usa a máscara! Até agosto !